

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012

Srs. Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Companhia de Interconexão Energética S.A. – CIEN (Endesa Cien) submete a apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A Endesa Cien é uma companhia do Grupo Enel. A Enel é uma das maiores empresas de energia do Mundo. O Grupo produz, distribui e vende energia sustentável, respeitando as pessoas e o meio ambiente. A Enel fornece energia para mais de 60 milhões de clientes residenciais e corporativos em 40 Países, e cria valor para 1,3 milhão de investidores. **1) Perfil:** A Companhia de Interconexão Energética S.A. – CIEN (Endesa Cien) tem sede em Niterói (RJ) e unidade operacional na cidade de Garruchos (RS). A Empresa realiza atividades de conversão e transmissão de energia elétrica, através da operação de rede de transmissão entre a Argentina e o Brasil. A Endesa Brasil tem 100% de participação na companhia, que é uma sociedade anônima de capital fechado e completou doze anos de operação em 2012. Seus principais ativos são as Interconexões Energéticas Garabi I e II, que ocupam uma área de 600 mil m² em Garruchos e possui linhas de transmissão com cerca de mil quilômetros de extensão. Os sistemas possuem capacidade total de conversão e transmissão de 2.200 MW e estão aptos a transferir energia do Brasil para a Argentina e o Uruguai. Em 2012, a Cien transmitiu 77 GWh de energia. Em 04 de abril de 2011, por meio das Portárias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da Companhia à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida – RAP, pela ANEEL, que sofre reajuste anual e a cada quatro anos a Companhia fica submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da referida RAP. A equiparação comercial e técnica da Companhia a transmissora de energia das linhas Garabi I e Garabi II tem prazos definidos, sendo de 09 anos para Garabi I, com término da vigência em 20 de junho de 2020, e de 11 anos para Garabi II, com término da vigência em 31 de julho de 2022. No final de 2012, a Endesa Cien empregava 156 colaboradores, sendo 60 colaboradores próprios, 81 de empresas parceiras e 15 menores aprendizes/estagiários.

2) Principais Indicadores:

| Principais Indicadores | 2012 | 2011 | Var. % |
|--------------------------------------|-----------|-----------|--------|
| Potência instalada (MW) | 2.200 | 2.200 | 0% |
| Energia Transmitida (GWh/ano) | 77 | 2.245 | -97% |
| Ativo total (R\$ mil) | 1.120.751 | 1.157.457 | -3% |
| Patrimônio líquido (R\$ mil) | 529.417 | 460.731 | 15% |
| Valor patrimonial por ação (R\$) | 1,86 | 1,62 | 15% |
| Lucro Líquido do exercício (R\$ mil) | 68.606 | 69.107 | -1% |
| Lucro Líquido por ação (R\$) | 0,24 | 0,24 | -1% |
| Número de colaboradores próprios | 60 | 56 | 7% |
| Número de colaboradores parceiros | 81 | 104 | -22% |

3) Desempenho Operacional e Comercial: Em 2012, a ANEEL aprovou o projeto da CIEN referente a obra de seccionamento da linha Garabi II. Este seccionamento consiste: (i) na construção em Santo Ângelo do ramal da linha de transmissão atual, de 525 kV, Garabi-Itá II, com dois circuitos simples de 12 km; e (ii) na construção adicional de duas linhas de transmissão na subestação Santo Ângelo, com o equipamento principal correspondente (interruptores, seccionadores e transformadores), sala de controle e de serviços auxiliares independentes. **4) Investimentos:** Os investimentos em 2012 somaram R\$ 6,8 milhões, contra R\$ 1,4 milhões no ano anterior. Esses recursos foram destinados, basicamente, à aquisição de detector de tensão referente ao projeto de seccionamento da linha Garabi II.

5) Desempenho Econômico (Resultado Consolidado):

| Valores em R\$ Mil | 2012 | 2011 | Var. % (1) |
|---|----------|----------|------------|
| Receita operacional bruta | 290.563 | 208.811 | 39% |
| Deduções da receita bruta | -27.421 | 69.091 | -140% |
| Receita operacional líquida | 263.142 | 277.902 | -5% |
| Custos do serviço e despesas operacionais | -114.399 | -119.650 | -4% |
| EBITDA(2) | 204.354 | 205.692 | -1% |
| Margem EBITDA | 78% | 74% | 4 p.p. |
| EBIT(3) | 148.743 | 158.252 | -6% |
| Margem EBIT | 57% | 57% | 0 p.p. |
| Resultado financeiro | -39.632 | -50.659 | -22% |
| Imposto de renda e contribuição social | -40.505 | -38.486 | 5% |
| Lucro líquido | 68.606 | 69.107 | -1% |
| Margem líquida | 26% | 25% | 1 p.p. |
| Lucro por ação (R\$/ação) | 0,24 | 0,24 | -1% |

(1) Variação entre 2012 e 2011. (2) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciações e Amortizações. (3) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro.

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|------|--------------|------------|-------------|------------|
| | | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Ativos | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 4 | 3.674 | 2.945 | 3.740 | 3.469 |
| Títulos e valores mobiliários | 5 | 3.281 | 782 | 4.497 | 3.015 |
| Contas a receber de revendedores | 6 | 33.868 | 32.089 | 33.868 | 32.089 |
| Tributos a compensar | 7 | 11.504 | 16.415 | 11.514 | 16.820 |
| Outros créditos | | 1.965 | 1.185 | 1.994 | 1.217 |
| Total do ativo circulante | | 54.292 | 53.416 | 55.613 | 56.610 |
| Não circulante | | | | | |
| Partes relacionadas | 15 | 176.397 | 154.324 | 121.100 | 112.118 |
| Tributos diferidos | 8 | 179.646 | 181.474 | 192.140 | 187.873 |
| Tributos a compensar | 7 | 22.106 | 20.816 | 29.419 | 27.974 |
| Depósitos vinculados a litígios | | 6.716 | 6.267 | 6.716 | 6.267 |
| Outros créditos | | - | - | 394 | 822 |
| Investimentos | 9 | 3.398 | 8.632 | - | - |
| Imobilizado | 10 | 676.869 | 728.893 | 707.205 | 764.296 |
| Intangível | | 7.624 | 861 | 8.164 | 1.497 |
| Total do ativo não circulante | | 1.072.756 | 1.101.267 | 1.065.138 | 1.100.847 |
| Total dos ativos | | 1.127.048 | 1.154.683 | 1.120.751 | 1.157.457 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A receita operacional bruta de 2012 foi superior a apresentada no ano de 2011 em 39%, decorrente basicamente do ajuste da Receita Anual Permitida - RAP. As deduções da receita operacional apresentaram uma redução de 140%, reflexo da reversão de contingência associada a incidência de PIS/COFINS sobre o faturamento referente à disponibilização do sistema de transmissão para exportação de energia registrada no ano de 2011. Os custos do serviço e as despesas operacionais apresentaram redução de 4%, decorrente, principalmente, da menor contratação de serviços de terceiros (consultorias/assessorias). Esses fatores implicaram em um EBITDA de R\$ 204 milhões em linha com o do ano anterior. A margem EBITDA atingiu 78%, 4 p.p. acima do verificado em 2011. Estas variações determinaram um Resultado Operacional de R\$ 149 milhões, 6% abaixo do apresentado em 2011 (R\$ 158 milhões). A performance operacional foi compensada por um melhor resultado financeiro, decorrente, principalmente, de menores encargos de dívidas. Em decorrência dos efeitos acima, o total de impostos apresentou incremento de 5% e o lucro líquido encerrou o exercício em linha com o registrado no ano anterior, alcançando em 2012 um total de R\$ 68,6 milhões (R\$ 69,1 milhões em 2011). **6) Responsabilidade Socioambiental:** A Endesa Cien entende que conhecer e estar presente constantemente nas comunidades onde atua é premissa básica de sua atuação socioambiental. Nesse sentido, a empresa busca elaborar projetos que reforcem o enraizamento no entorno, como parte do plano estratégico de sustentabilidade que direciona a ação de todas as empresas Endesa. Pesquisas de opinião são os principais instrumentos para aferir os efeitos das ações desenvolvidas nas comunidades. Há contato sistemático com líderes locais para levantamento de informações e avaliação dos projetos, que também são verificados por indicadores sociais. Em 2012, as ações da Endesa Cien representaram um investimento de cerca de R\$ 357 mil que beneficiaram cerca de 30.296 pessoas. Entre as diversas iniciativas, destacam-se: • Criança Feliz: Consiste em visitas às escolas para atividades de meio ambiente, leituras e dicas de cidadania e meio ambiente; • Feira do Livro de São Luiz Gonzaga: Oferece ações de cultura e lazer, através de uma feira literária, com o intuito de fomentar e promover a educação; • Inclusão Digital Lar Escola: Doação de computadores para um laboratório digital onde serão desenvolvidas aulas de informática, reforço escolar e a inclusão digital das crianças da Instituição Lar Escola em São Luiz Gonzaga; • Feira do Livro de Santo Angelo: Leituras coletivas, teatros, saraus e café literário para crianças e adolescentes da cidade de Santo Ângelo; • Mulheres Integradas: Apoio à Associação das Mulheres Integradas de Garruchos. Nela são oferecidos cursos de capacitação e doação de máquinas para o desenvolvimento da tecelagem, que constitui a principal fonte de renda das mulheres integrantes; • Projeto Teatro de Brinquedo: Integrante do Programa Endesa Brasil de Educação e Cultura o projeto visa contribuir na qualificação do processo de alfabetização e letramento de crianças de escolas públicas, utilizando o texto teatral como ferramenta. A empresa é certificada nas questões relativas a saúde e segurança (OHSAS 18001) e meio ambiente (ISO 14001), que são integradas e possuem sistemas próprios de gestão. Além disso, a Endesa Cien colabora com unidades de preservação no Estado do Rio Grande do Sul. **7) Reconhecimentos e Premiações:** **Guia Você S/A-Exame** – Endesa Geração ingressou na lista das “150 Melhores Empresas para Você Trabalhar no Brasil”, segundo o Guia Você S/A-Exame, considerado referência nacional em clima organizacional e gestão de pessoas. **Great Place to Work (GTPW)** – Endesa Geração ficou entre as “30 Melhores Empresas para Trabalhar no Rio de Janeiro” e entre as “100 melhores para Trabalhar no Brasil”, em 2012.

8) Composição Acionária:

| Composição Acionária – Ações Ordinárias | 2012 | % | 2011 | % |
|---|-------------|------|-------------|------|
| Endesa Brasil | 285.044.679 | 100% | 285.044.679 | 100% |
| Outros | 3 | 0% | 3 | 0% |
| Total | 285.044.682 | 100% | 285.044.682 | 100% |

9) Auditores Independentes: A Companhia firmou contrato com a Ernst & Young Terco Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras, para um período de 5 (cinco) anos. A Ernst & Young Terco não prestou à Companhia serviços não-relacionados à auditoria externa independente. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Endesa quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto ao auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. **10) Agradecimentos:** A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda de que os resultados alcançados em 2012 tornaram-se efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados. A Administração.

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|------|--------------|------------|-------------|------------|
| | | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Passivos | | | | | |
| Circulante | | | | | |
| Fornecedores | 11 | 13.183 | 9.804 | 13.865 | 9.878 |
| Empréstimos e financiamentos | 12 | - | 200.191 | - | 200.191 |
| Partes relacionadas | 15 | 348.967 | 177.993 | 348.967 | 177.993 |
| Obrigações trabalhistas | | 3.224 | 2.069 | 3.224 | 2.069 |
| Obrigações fiscais | 13 | 6.902 | 65.950 | 8.112 | 68.915 |
| Parcelamentos de tributos | 14 | 19.589 | 21.856 | 19.589 | 21.856 |
| Dividendos | 18 | 10.349 | 26.762 | 10.349 | 26.762 |
| Programa de pesquisa e desenvolvimento | | 1.841 | 772 | 1.841 | 772 |
| Outras obrigações | 17 | 16.568 | 8.491 | 17.967 | 10.074 |
| Total do passivo circulante | | 420.623 | 513.888 | 423.914 | 518.510 |
| Não circulante | | | | | |
| Partes relacionadas | 15 | 123.987 | 111.667 | 133.265 | 120.188 |
| Parcelamento de tributos | 14 | 1.359 | 16.757 | 1.359 | 16.757 |
| Tributos diferidos | 8 | 11.856 | 3.594 | 11.856 | 3.594 |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 16 | 20.940 | 37.677 | 20.940 | 37.677 |
| Provisão para perda em investimentos | 9 | 18.866 | 10.369 | - | - |
| Total do passivo não circulante | | 177.008 | 180.064 | 167.420 | 178.216 |
| Patrimônio líquido | 18 | | | | |
| Capital social | | 285.045 | 285.045 | 285.045 | 285.045 |
| Reservas de lucros | | 244.075 | 175.469 | 244.075 | 175.469 |
| Outros resultados abrangentes | | 297 | 217 | 297 | 217 |
| Total do patrimônio líquido | | 529.417 | 460.731 | 529.417 | 460.731 |
| Total dos passivos e patrimônio líquido | | 1.127.048 | 1.154.683 | 1.120.751 | 1.157.457 |

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|------|--------------|------------|-------------|------------|
| | | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | | 68.606 | 69.107 | 68.606 | 69.107 |
| Ajustes por | | | | | |
| Depreciação e amortização | | 52.085 | 43.748 | 55.611 | 47.440 |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | | 2.611 | (124.783) | 2.611 | (124.783) |
| Tributos diferidos | | 10.090 | (23.115) | 3.667 | (26.654) |
| Juros e variações monetária | | 17.707 | 45.103 | 45.496 | 75.339 |
| Resultado de equivalência patrimonial | | 13.811 | 5.334 | - | - |
| | | 164.910 | 15.394 | 175.991 | 40.449 |
| (Aumento) redução nos ativos: | | | | | |
| Contas a receber | | (1.779) | 124.417 | (1.779) | 101.435 |
| Partes relacionadas | | (16) | (838) | (8.982) | - |
| Impostos a recuperar | | 3.621 | (11.941) | 3.861 | (12.703) |
| Depósitos vinculados a litígios | | (449) | 1.625 | (449) | 1.625 |
| Outros ativos | | (782) | 1.718 | (777) | 1.762 |
| Aumento (redução) nos passivos: | | | | | |
| Fornecedores | | 15.699 | (34.164) | 11.974 | (33.978) |
| Tributos e contribuições sociais | | (59.048) | 38.113 | (60.803) | 36.639 |
| Provisão para perda em investimentos | | - | 237 | - | - |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | | (19.348) | - | (19.348) | - |
| Outras obrigações e contas a pagar | | 10.300 | 6.762 | 8.120 | 6.967 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | 113.108 | 141.323 | 107.808 | 142.196 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | | | | |
| Aquisição de imobilizado | | (6.822) | (1.435) | (6.822) | (1.435) |
| Aquisição de investimento | | - | (354) | - | - |
| Títulos e valores mobiliários | | (2.499) | 857 | (1.482) | (376) |
| Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento | | (9.321) | (932) | (8.304) | 1.811 |
| Fluxo de caixa de atividades de financiamento | | | | | |
| Parcelamento de tributos | | (20.243) | (18.944) | (20.242) | (18.944) |
| Dividendos pagos | | (16.413) | - | (16.413) | - |
| Captação de mútuos | | 170.783 | 98.576 | 174.607 | 98.576 |
| Pagamento de juros – mútuos | | (21.579) | (13.866) | (21.579) | (13.866) |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos | | (200.000) | (200.000) | (200.000) | (200.000) |
| Pagamento de juros - empréstimos e financiamentos | | (15.606) | (45.751) | (15.606) | (45.751) |
| Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento | | (103.058) | (179.985) | (99.233) | (179.985) |
| Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa | | 729 | (39.594) | 271 | (39.600) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 2.945 | 42.539 | 3.469 | 43.069 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | | 3.674 | 2.945 | 3.740 | 3.469 |
| Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa | | 729 | (39.594) | 271 | (39.600) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|--------------|------------|-------------|------------|
| | | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Lucro líquido do exercício | | 68.606 | 69.107 | 68.606 | 69.107 |
| Outros resultados abrangentes | | - | - | - | - |
| Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior | 9 | 80 | 117 | 80 | 117 |
| Resultado abrangente do exercício | | 68.686 | 69.224 | 68.686 | 69.224 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de Reais)

| | Nota | Reservas de lucros | | | | | | Total |
|--|------|--------------------|--------------------|-------------------------------|-----------|-------------------|----------|-------|
| | | Capital social | Retenção de lucros | Outros resultados abrangentes | | Lucros acumulados | | |
| | | | | Legal | de lucros | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | | 285.045 | 28.330 | 94.445 | 100 | - | 407.920 | |
| Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior | 9 | - | - | - | 117 | - | 117 | |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | 69.107 | 69.107 | |
| Reserva legal | 18 | - | 3.455 | - | - | (3.455) | - | |
| Dividendo mínimo obrigatório | 18 | - | - | - | - | (16.413) | (16.413) | |
| Reserva de lucros | 18 | - | - | 49.239 | - | (49.239) | - | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | | 285.045 | 31.785 | 143.684 | 217 | - | 460.731 | |
| Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior | 9 | - | - | - | 80 | - | 80 | |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | 68.606 | 68.606 | |
| Reserva legal | 18 | - | 3.430 | - | - | (3.430) | - | |
| Reserva de lucros | 18 | - | - | 65.176 | - | (65.176) | - | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | | 285.045 | 35.215 | 208.860 | 297 | - | 529.417 | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Informações gerais. A CIEN - Companhia de Interconexão Energética ("Companhia" ou "CIEN"), com sede na Praça Leoni Ramos, 01, Niterói, RJ, é uma sociedade de capital fechado e tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social. Neste sentido, a Companhia promoverá o estudo, planejamento e construção das instalações relativas a sistemas de produção, transmissão, conversão e distribuição de energia elétrica. Também poderá promover a implementação de projetos associados, bem como a realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços e trabalhos que vier a prestar, podendo, inclusive, participar em outras sociedades. Em 4 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e Garabi II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da Companhia à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida - RAP, pela ANEEL. A equiparação comercial e técnica da Companhia a transmissora de energia das duas linhas tem prazos definidos de 9 anos para Garabi I, com término da vigência em 20 de junho de 2020, e de 11 anos para Garabi II, com término da vigência em 31 de julho de 2022. Por meio da Resolução Homologatória nº 1.313 de 26 de junho de 2012, a ANEEL homologou RAP no montante de R\$278.277, para o período 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013, e parcela de ajuste referente a repasses superiores no montante de R\$11.221. O período de revisão da RAP é anual, ocorrendo sempre no mês de junho de cada ano. A cada quatro anos a Companhia será submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da RAP. A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2013. **2. Principais políticas contábeis.** **2.1. Declaração de conformidade.** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. **2.2. Base de consolidação.** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

| Controladas | Percentual de participação (%) | Direta |
|--|--------------------------------|--------|
| CTM - Companhia de Transmisión del Mercosur S.A. (*) | 99,99 | 99,99 |
| TESA - Transportadora de Energia S.A. (*) | 100 | 100 |

(*) Investidas no exterior. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a CTM - Companhia de Transmisión Del Mercosur S.A. e TESA - Transportadora de Energia S.A., localizadas na Argentina e que fazem parte do sistema de transmissão de Interconexão Internacional. A Companhia detém, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, 100% de participação no capital total da TESA e 99,99% no capital da CTM. O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. **2.3. Base de elaboração.** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados saldos mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. **2.4. Informações por segmento.** O Pronunciamento Técnico CPC 22 - Informações por segmento ("CPC 22") correspondente ao IFRS 8 - *Operating segments* ("IFRS 8"), requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões ("chief operating decision maker"), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento - transmissão de energia - não sendo aplicável a divulgação específica de uma nota explicativa de "informações por segmento". **2.5. Conversão de moedas estrangeiras.** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da CIEN determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são convertidas para o Real na data do fechamento. As Demonstrações Contábeis das controladas CTM e Tesa são originalmente elaboradas em pesos argentinos (moeda funcional). Os ativos e passivos foram convertidos para reais, à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2012 - ARS 1,00 - R\$0,4155, divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2011 - ARS 1,00 - R\$0,4358), e as contas de resultado, pela taxa média mensal. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado. **2.6. Reconhecimento de receita.** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A receita de transmissão é reconhecida com base em documento específico (Resolução Homologatória) emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, emitido anualmente e com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema - ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão. Para todos os instrumentos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao valor contábil líquido inicial do instrumento financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **2.7. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente.** 2.7.1. Ativo financeiro. **Reconhecimento inicial e mensuração.** Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros ativos financeiros. **Mensuração subsequente.** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.** Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. **Investimentos mantidos até o vencimento.** Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. **Empréstimos e recebíveis.** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Ativos financeiros disponíveis para venda. Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes

até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período. Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado. **Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros.** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor. 2.7.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, enquanto que aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários. 2.7.1.2. Contas a receber. As contas a receber referem-se aos créditos de disponibilização da rede de transmissão de energia elétrica, contabilizadas pelo regime de competência. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo. 2.7.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. 2.7.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. 2.7.3. Passivos financeiros. **Reconhecimento inicial e mensuração.** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar. **Mensuração subsequente.** A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **Mantidos para negociação.** Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 ("CPC 38"), a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivo. Ganhos e perdas para a negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia e suas controladas não possuem nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. **Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros.** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. 2.7.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida. Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.7.5. Valor justo de instrumentos financeiros. O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. **2.8. Investimentos.** O investimento em controlada é contabilizado com base no método de equivalência patrimonial. Com base neste método, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação acionária na controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. A participação societária na controlada é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro atribuível à Companhia. As demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento. **2.9. Imobilizado.** Registrado ao custo de aquisição e/ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do tempo de vida útil estimado dos bens, definidas pela ANEEL, os juros e demais encargos financeiros, relativamente aos financiamentos obtidos com terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão incorporados ao custo. A Administração avalia anualmente a existência de indícios de não realização dos ativos, e quando aplicável, elabora o teste de realização nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01") que poderá resultar na necessidade de constituição de provisão para perda dos bens. **2.10. Ativo intangível.** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre

partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **2.12. Provisões. Geral.** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.13. Impostos. Imposto de renda e contribuição social - correntes.** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde as subsidiárias da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data base das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adota o Regime Tributário de Transição - RIT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941 de 27 de maio de 2009, da base de cálculo desses tributos. **Impostos diferidos.** Os impostos diferidos ativos atribuíveis às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseada nas projeções de resultados preparadas pela Administração. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas de impostos conhecidas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. Dada a incerteza inerente às estimativas, o lucro tributável futuro poderá ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando do montante do ativo fiscal a ser registrado. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando a compensação é permitida por Lei. **2.14. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes.** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos). **2.15. Participações nos lucros.** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. **2.16. Distribuição de dividendos.** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação para reserva legal. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no patrimônio líquido. **2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa.** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03"). **2.18. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2012.** Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e têm a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2012. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia e de suas controladas, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. • CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros. Evidenciação ("CPC 40"). A revisão do CPC 40 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IFRS 7 - *Financial Instruments: Disclosures* ("IFRS 7"). • ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos ("ICPC 08"). A revisão da ICPC 08 tem como objetivo complementar o documento original emitido pelo CPC em 2009, abordando em mais detalhes as previsões contidas na legislação societária brasileira em relação à contabilização da proposta de pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas ou sócios. • CPC 18 (R1) - Investimento em Coligada e em Controlada ("CPC 18"). A revisão do CPC 18 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 28 - *Investments in Associates*. Alteração relevante trata do reconhecimento de resultados de transações entre controlada e controladora constante nos itens 22A, 22B e 22C, também tratado no ICPC 09, comentado abaixo. • ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial ("ICPC 09"). A revisão da ICPC 09 é decorrente da revisão do Pronunciamento Técnico CPC 18. • CPC 17 (R1) - Contratos de Construção ("CPC 17"). A revisão do CPC 17 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 11 - *Construction Contracts*. • CPC 30 (R1) - Receitas ("CPC 30"). A revisão do CPC 30 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 18 - *Revenue*. • CPC 35 (R2) - Demonstrações Separadas ("CPC 35"). A revisão do CPC 35 contempla as alterações feitas pelo IASB - *International Accounting Standards Board* após a edição desse pronunciamento, o qual ainda inclui algumas compatibilizações de texto com o propósito de deixar claro que a intenção é produzir os mesmos reflexos contábeis introduzidos pela aplicação do IAS 27 - *Separate Financial Statements*. **2.19. Novos pronunciamentos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012.** Listamos a seguir os pronunciamentos que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Administração da Companhia pretende adotar tais pronunciamentos quando os mesmos entrarem em vigor. • CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados ("CPC 33"). A revisão do CPC 33 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - *Employee Benefits*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado. • CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto ("CPC 18"). A revisão do CPC 18 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 28 - *Investments in Associates*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas, além de definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). • CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades ("CPC 45"). O CPC 45 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - *Disclosure of Interests in Other Entities*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua a

posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa. • CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas ("CPC 36"). A revisão do CPC 36 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - Consolidated and Separate Financial Statements, que resultou na edição pelo IASB - International Accounting Standards Board do IFRS 10 - Consolidated Financial Statements, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. • CPC 46 - Mensuração do Valor Justo ("CPC 46"). O CPC 46 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - Fair Value Measurement, emitido pelo IASB - International Accounting Standards Board, que passa a vigorar em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas. Julgamentos.** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas.** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir: **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido

ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.** A Companhia reconhece provisões para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa.** Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e a estimativa de valor recuperável.

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Caixa e contas correntes bancárias | 340 | 333 | 406 | 857 |
| Aplicações financeiras | 3.334 | 2.612 | 3.334 | 2.612 |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | 3.674 | 2.945 | 3.740 | 3.469 |

O excedente de caixa da Companhia e de suas controladas é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia e de suas controladas. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Aplicações diretas | | | | |
| Fundos de investimento | - | 20 | - | 20 |
| Total de aplicações diretas | - | 20 | - | 20 |
| Fundos exclusivos | | | | |
| CDB - Certificado de Depósito Bancário | 3.301 | 311 | 3.301 | 311 |
| Operações compromissadas | 33 | - | 33 | - |
| Fundos de investimento | - | 2.281 | - | 2.281 |
| Total de fundos exclusivos | 3.334 | 2.592 | 3.334 | 2.592 |
| Total de aplicações financeiras | 3.334 | 2.612 | 3.334 | 2.612 |

As aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

5. Títulos e valores mobiliários

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Fundos de investimentos | - | - | - | - |
| Bônus da República Argentina | - | - | 1.216 | 2.233 |
| Total de fundos de investimentos | - | - | 1.216 | 2.233 |
| Fundos de investimentos exclusivos | | | | |
| Títulos públicos | 201 | 459 | 201 | 459 |
| Fundos de investimento | 2.782 | - | 2.782 | - |
| Operações compromissadas | - | 308 | - | 308 |
| Outros | 298 | 15 | 298 | 15 |
| Total de fundos exclusivos | 3.281 | 782 | 3.281 | 782 |
| Total de títulos e valores mobiliários | 3.281 | 782 | 4.497 | 3.015 |

A Companhia e suas controladas aplicam seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez. Esses investimentos possuem vencimento superiores a 90 dias, mas que não excedem um ano, e são classificados como títulos e valores mobiliários.

6. Contas a receber de revendedores (controladora e consolidado)

| | A vencer e vencidos até 90 dias | | Vencidos a mais de 90 dias | | Total | |
|---|---------------------------------|---------------|----------------------------|--------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| | Furnas Centrais Elétricas S.A. | 1.163 | 1.141 | 128.297 | 128.297 | 129.460 |
| Tractebel Energia S.A. | 682 | 610 | 70.772 | 70.772 | 71.454 | 71.382 |
| CHESF | 2.515 | 2.592 | - | - | 2.515 | 2.592 |
| ELETROPAULO | 2.327 | 2.265 | - | - | 2.327 | 2.265 |
| ELETRONORTE | 1.825 | 1.930 | - | - | 1.825 | 1.930 |
| CEMIG | 2.401 | 2.219 | - | 6 | 2.401 | 2.225 |
| COPEL | 1.813 | 1.551 | - | 303 | 1.813 | 1.854 |
| LIGHT | 1.155 | 1.218 | - | - | 1.155 | 1.218 |
| CPFL | 1.479 | 877 | - | - | 1.479 | 877 |
| CESP | 971 | 751 | - | - | 971 | 751 |
| CELESC | 897 | 680 | - | - | 897 | 680 |
| BANDEIRANTE | 740 | 575 | - | - | 740 | 575 |
| ELEKTRO | 356 | 558 | - | - | 356 | 558 |
| PIRATININGA | 287 | 460 | - | - | 287 | 460 |
| EPASA | 30 | - | 427 | 427 | 457 | 427 |
| COELBA | 573 | 398 | - | - | 573 | 398 |
| CEEE | 449 | 373 | - | - | 449 | 373 |
| RGE | 426 | 347 | - | - | 426 | 347 |
| AES-SUL | 453 | 341 | - | - | 453 | 341 |
| ESCELSA | 380 | 287 | - | - | 380 | 287 |
| CELPE | 402 | 282 | - | - | 402 | 282 |
| CELG | 374 | 281 | - | - | 374 | 281 |
| CEMAT | 230 | 212 | - | - | 230 | 212 |
| Outros | 7.496 | 8.047 | 1.332 | 673 | 8.828 | 8.720 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | (196.384) | (196.384) | (196.384) | (196.384) |
| Total | 29.424 | 27.995 | 4.444 | 4.094 | 33.868 | 32.089 |
| Circulante | | | | | 33.868 | 32.089 |
| Não circulante | | | | | - | - |

Em 31 de dezembro de 2012, a controlada CIEN possui contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, respectivamente, nos montantes de R\$129.460 e R\$71.454 (R\$129.438 e R\$71.382 em 2011) correspondentes ao faturamento de encargos de potência e energia associada, os quais não foram pagos em anos anteriores. A Companhia com base em sua melhor estimativa quanto ao recebimento dos valores envolvidos possui registrada uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante total de R\$196.384. O saldo remanescente do contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, registrados no ativo circulante, no valor total de R\$4.530, refere-se ao faturamento oriundo da nova atividade da Companhia quando equiparada a uma transmissora. Os saldos de contas a receber classificados como outros estão relacionados aos recebimentos devidos à Companhia oriundos da utilização da rede de transmissão de energia de sua propriedade por demais agentes do setor elétrico. Por se tratarem de saldos extremamente pulverizados, não fora efetuada a abertura analítica do grupo. A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa encontra-se disposta abaixo:

| | | | |
|---------------------------------|-----------|---------------------------------|------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | (131.644) | Saldo em 31 de dezembro de 2011 | (196.384) |
| Varição cambial | 24.165 | Varição cambial | - |
| Adições | (88.905) | Adições | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | (196.384) | Saldo em 31 de dezembro de 2012 | (196.384) |

7. Tributos a compensar

| | Controladora | | | |
|--|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | Circulante | | Não circulante | |
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| PIS e COFINS | 3.395 | 1.298 | 22.106 | 20.816 |
| Imposto de renda e contribuição social | 8.109 | 15.117 | - | - |
| Total | 11.504 | 16.415 | 22.106 | 20.816 |

| | Consolidado | | | |
|--|---------------|---------------|----------------|---------------|
| | Circulante | | Não circulante | |
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| PIS e COFINS | 3.405 | 1.308 | 22.106 | 20.816 |
| Antecipações IRPJ e CSLL | - | 395 | 463 | 518 |
| Créditos de IVA | - | - | 6.850 | 6.640 |
| Imposto de renda e contribuição social | 8.109 | 15.117 | - | - |
| Total | 11.514 | 16.820 | 29.419 | 27.974 |

Em anos anteriores, a Companhia efetuou pagamentos de PIS e COFINS além do que era devido no curso normal das suas operações. Como consequência, a Administração entrou com um pedido de compensação dos tributos pagos à maior e aguarda a homologação da Secretaria da Receita Federal, para proceder à compensação dos mesmos. Os créditos de IVA (Imposto sobre o Valor Agregado) se originam da construção do sistema de transmissão das controladas CTM e TESA, localizadas na Argentina. Tais créditos são recuperados à medida em que as Companhias transmitem energia para o Brasil, através do mecanismo de pedido de restituição às autoridades fazendárias da Argentina.

8. Tributos diferidos

| | Controladora | | | | | |
|---|------------------|----------------|---------------------|---------------|----------------|----------------|
| | Ativo diferido | | | | | |
| | Imposto de renda | | Contribuição social | | Total | |
| 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 | |
| Diferenças temporárias | | | | | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 49.096 | 49.096 | 17.675 | 17.675 | 66.771 | 66.771 |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 5.272 | 8.067 | 1.898 | 2.904 | 7.170 | 10.971 |
| Outros | 29.698 | 28.246 | 10.690 | 10.169 | 40.388 | 38.415 |
| Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado | 48.027 | 48.027 | 17.290 | 17.290 | 65.317 | 65.317 |
| Total | 132.093 | 133.436 | 47.553 | 48.038 | 179.646 | 181.474 |

| | Consolidado | | | | | |
|---------------------------------------|------------------|----------------|---------------------|--------------|-----------------|----------------|
| | Ativo diferido | | | | | |
| | Imposto de renda | | Contribuição social | | Total | |
| 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 | |
| Diferenças temporárias | | | | | | |
| Desreconhecimento passivo regulatório | (1.403) | - | (505) | - | (1.908) | - |
| Variações cambiais não realizadas | (7.315) | (2.642) | (2.633) | (952) | (9.948) | (3.594) |
| Total | (8.718) | (2.642) | (3.138) | (952) | (11.856) | (3.594) |

| | Consolidado | | | | | |
|---|------------------|----------------|---------------------|---------------|----------------|----------------|
| | Ativo diferido | | | | | |
| | Imposto de renda | | Contribuição social | | Total | |
| 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 | |
| Diferenças temporárias | | | | | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 49.096 | 49.096 | 17.675 | 17.675 | 66.771 | 66.771 |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | 5.272 | 8.067 | 1.898 | 2.904 | 7.170 | 10.971 |
| Outros | 38.884 | 32.951 | 13.998 | 11.863 | 52.882 | 44.814 |
| Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado | 48.027 | 48.027 | 17.290 | 17.290 | 65.317 | 65.317 |
| Total | 141.279 | 138.141 | 50.861 | 49.732 | 192.140 | 187.873 |

| | Consolidado | | | | | |
|---------------------------------------|------------------|----------------|---------------------|--------------|-----------------|----------------|
| | Passivo diferido | | | | | |
| | Imposto de renda | | Contribuição social | | Total | |
| 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 | |
| Diferenças temporárias | | | | | | |
| Desreconhecimento passivo regulatório | (1.403) | - | (505) | - | (1.908) | - |
| Variações cambiais não realizadas | (7.315) | (2.642) | (2.633) | (952) | (9.948) | (3.594) |
| Total | (8.718) | (2.642) | (3.138) | (952) | (11.856) | (3.594) |

A movimentação dos saldos referentes aos tributos diferidos encontra-se disposta a seguir:

| | Controladora | | |
|--|----------------|-----------------|----------------|
| | Ativo | Passivo | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 165.175 | (10.410) | 154.765 |
| Adição ao resultado do exercício - IR/CSLL | 16.299 | 6.816 | 23.115 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 181.474 | (3.594) | 177.880 |
| Adição ao resultado do exercício - IR/CSLL | (1.828) | (8.262) | (10.090) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 179.646 | (11.856) | 167.790 |

| | Consolidado | | |
|--|----------------|-----------------|----------------|
| | Ativo | Passivo | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 168.035 | (10.410) | 157.625 |
| Adição ao resultado do exercício - IR/CSLL | 19.838 | 6.816 | 26.654 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 187.873 | (3.594) | 184.279 |
| Adição ao resultado do exercício - IR/CSLL | 4.595 | (8.262) | (3.667) |
| Baixa de tributo diferido não realizável | (328) | - | (328) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 192.140 | (11.856) | 180.284 |

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido diferidos ativos, no prazo máximo estipulado que correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

| Expectativa realização diferido (Controladora) | | Expectativa realização diferido (Consolidado) | |
|--|----------------|---|----------------|
| Ano de realização | | Ano de realização | |
| 2013 | 46.453 | 2013 | 46.453 |
| 2014 | 44.555 | 2014 | 44.555 |
| 2015 | 23.322 | 2015 | 23.322 |
| 2016 | 47.448 | 2016 | 47.448 |
| 2017 a 2019 | 17.868 | 2017 a 2019 | 30.362 |
| Total | 179.646 | Total | 192.140 |

9. Investimentos

| | 31/12/2012 | | | | | | | |
|--|---------------------|----------------|--------------------|---------------------------|------------------------|-----------------|--------------------------|-----------------|
| | Quantidade de ações | Capital social | Patrimônio líquido | Participação no capital % | Resultado do exercício | Varição cambial | Equivalência patrimonial | Investimento |
| TESA Transportadora de Energia S.A. | 14.175.999 | 25.436 | (18.866) | 100% | (8.979) | 482 | (8.979) | (18.866) |
| CTM - Companhia de Transmisión del Mercosur S.A. | 55.511.999 | 6.593 | 3.398 | 99,99% | (4.832) | (402) | (4.832) | 3.398 |
| Total | - | 32.029 | (15.468) | - | (13.811) | 80 | (13.811) | (15.468) |

| | 31/12/2011 | | | | | | | |
|--|---------------------|----------------|--------------------|---------------------------|------------------------|-----------------|--------------------------|--------------|
| | Quantidade de ações | Capital social | Patrimônio líquido | Participação no capital % | Resultado do exercício | Varição cambial | Equivalência patrimonial | Investimento |
| TESA Transportadora de Energia S.A. | 14.175.999 | 25.436 | (10.369) | 100% | (4.499) | (237) | (4.499) | (10.369) |
| CTM - Companhia de Transmisión del Mercosur S.A. | 55.5 | | | | | | | |

| | Consolidado | | | | |
|---|-------------|-----------------------|---------------|---------|----------|
| | Em serviço | | Em curso | | |
| | Custo | Depreciação acumulada | Valor líquido | Total | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 1.311.184 | (533.489) | 777.695 | 30.908 | 808.603 |
| Adições | - | (47.440) | (47.440) | 1.241 | (46.199) |
| Baixas | (556) | 520 | (36) | - | (36) |
| Transferências | 1.485 | - | 1.485 | (1.485) | - |
| Efeito de conversão de controlada no exterior | 2.768 | (840) | 1.928 | - | 1.928 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 1.314.881 | (581.249) | 733.632 | 30.664 | 764.296 |
| Adições | 320 | (53.607) | (53.287) | 6.802 | (46.485) |
| Baixas | (10.173) | 1.495 | (8.678) | - | (8.678) |
| Transferências | 1.385 | - | 1.385 | (1.385) | - |
| Efeito de conversão de controlada no exterior | (1.930) | 2 | (1.928) | - | (1.928) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 1.304.483 | (633.359) | 671.124 | 36.081 | 707.205 |

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada de acordo com as taxas ANEEL. A Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura da Companhia. Anteriormente à edição da Resolução ANEEL nº 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 25 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL nº 474, a vida útil desses ativos passou a se situar em torno de 27 anos, o que corresponde ao acréscimo de 2 anos em relação à vida útil econômica média anterior. As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa nº 474, são as seguintes:

| | Taxas anuais de depreciação (%) | | Taxas anuais de depreciação (%) |
|--------------------------|---------------------------------|--------------------------------------|---------------------------------|
| Transmissão | | Transmissão | |
| Banco de capacitores | 5,00% | Painel, Mesa de Comando e Cubículo | 3,57% |
| Barramento | 2,50% | Reator (Resistor) | 2,78% |
| Chave | 3,33% | Transformador de força | 2,86% |
| Condutor | 2,70% | Transformador de serviços auxiliares | 3,33% |
| Disjuntor | 3,03% | Administração | |
| Conversor de frequência | 6,67% | Equipamentos gerais | 6,25% |
| Estrutura (Poste, Torre) | 2,70% | Veículos | 14,29% |

11. Fornecedores

| Fornecedores | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| CCEE | - | 755 | - | 755 |
| CYMI do Brasil | 4.580 | - | 4.580 | - |
| ABB Ltda. | 256 | 499 | 256 | 499 |
| MAPFRE Vera Cruz Seguradora S.A. | 1.036 | 1.512 | 1.036 | 1.512 |
| Cotesa Engenharia Ltda. | - | 365 | - | 365 |
| Abdo, Ellery e Assoc. | 387 | 670 | 387 | 670 |
| Levin Global | - | 232 | - | 232 |
| Munters Brasil | 129 | - | 129 | - |
| IBM Brasil | 152 | - | 152 | - |
| Indra Brasil | 211 | - | 211 | - |
| Schneider Electric | 105 | - | 105 | - |
| Mega Sul Concretos Ltda. | - | 182 | - | 182 |
| Metalúrgica Ictus Urubrax Ltda. | - | 123 | - | 123 |
| Baehr Ind. e Com. de Máquinas | - | 146 | - | 146 |
| Materiais e serviços | 1.516 | 1.208 | 1.516 | 1.208 |
| Outros | 4.811 | 4.112 | 5.493 | 4.186 |
| Total | 13.183 | 9.804 | 13.865 | 9.878 |

12. Empréstimos e financiamentos

| Credor | Moeda | Taxas | Controladora e Consolidado | | | |
|----------------|-------|-----------------|----------------------------|-------|---------|-----------|
| | | | 31/12/2011 | | | Principal |
| | | | Circulante | Juros | Total | |
| Santander S.A. | R\$ | CDI + 1,7% a.a. | 200.000 | 191 | 200.191 | - |
| Total | | | 200.000 | 191 | 200.191 | - |

O empréstimo fora obtido através da emissão de 40 CCB's - Cédulas de Crédito Bancário - com valores unitários de R\$15.000 e vencimentos em 28 de dezembro de 2012, que foram adquiridas junto a um consórcio de bancos liderado pelo Banco Santander Brasil. Os recursos captados foram utilizados em sua grande maioria para a liquidação de dívidas. Em 31 de dezembro de 2011, o empréstimo da CIEN com o Banco Santander possuía como garantia o aval da Endesa Brasil S.A. (no valor total do empréstimo), que contratualmente se responsabilizava pelo cumprimento das obrigações contratuais no caso de não cumprimento das condições acordadas. Esse empréstimo foi liquidado ao longo de 2012. A movimentação dos empréstimos e financiamentos está disposta no quadro abaixo:

| | Controladora e consolidado | | |
|---|----------------------------|----------------|-----------|
| | Circulante | Não circulante | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 200.562 | 200.000 | 400.562 |
| Encargos | 45.380 | - | 45.380 |
| Transferência circulante/não circulante | 200.000 | (200.000) | - |
| Amortizações | (200.000) | - | (200.000) |
| Pagamento de juros | (45.751) | - | (45.751) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 200.191 | - | 200.191 |
| Encargos | 15.415 | - | 15.415 |
| Amortizações | (200.000) | - | (200.000) |
| Pagamento de juros | (15.606) | - | (15.606) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | - | - | - |

13. Obrigações fiscais

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Imposto de renda e contribuição social | 1.965 | 54.465 | 1.617 | 55.813 |
| IRRF - Mútuos | 681 | 373 | 681 | 373 |
| PIS | 487 | 221 | 487 | 221 |
| COFINS | 2.240 | 9.182 | 2.240 | 9.182 |
| ICMS | 1.166 | 1.146 | 1.166 | 1.146 |
| Outros | 363 | 563 | 1.921 | 2.180 |
| Total | 6.902 | 65.950 | 8.112 | 68.915 |

14. Parcelamentos de tributos

| | Controladora e consolidado | | |
|--------------------------------|----------------------------|------------|--------|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | Total |
| ICMS (a) | 16.085 | 30.192 | 46.277 |
| Auto de infração IRPJ/CSLL (b) | 4.863 | 8.421 | 13.284 |
| Total | 20.948 | 38.614 | 59.562 |
| Circulante | 19.589 | 21.857 | 41.446 |
| Não Circulante | 1.359 | 16.757 | 18.116 |
| Total | 20.948 | 38.614 | 59.562 |

A movimentação dos parcelamentos de tributos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 encontra-se disposta abaixo:

| | 31/12/2012 | | | 31/12/2011 | | |
|------------------|----------------------|----------|----------|----------------------|----------|----------|
| | Auto Infr. IRPJ/CSLL | ICMS | Total | Auto Infr. IRPJ/CSLL | ICMS | Total |
| | Saldo inicial | 8.422 | 30.191 | 38.613 | 11.168 | 40.513 |
| (+) Adições | - | - | - | - | - | - |
| (-) Pagamentos | (4.157) | (16.086) | (20.243) | (3.848) | (15.095) | (18.943) |
| (+) Atualização | 598 | 1.980 | 2.578 | 1.101 | 4.775 | 5.876 |
| Saldo final | 4.863 | 16.085 | 20.948 | 8.421 | 30.193 | 38.614 |
| Circulante | 3.504 | 16.085 | 19.589 | 6.760 | 15.096 | 21.857 |
| Não circulante | 1.359 | - | 1.359 | 1.661 | 15.097 | 16.757 |
| Total do passivo | 4.863 | 16.085 | 20.948 | 8.421 | 30.193 | 38.614 |

a) REFERJ - Programa de Reestruturação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro. Valor do ICMS incidente sobre as importações de equipamentos do sistema de interconexão efetuadas no Estado do Rio de Janeiro, o qual vem sendo pago pela Companhia através do Programa de Refinanciamento de dívidas com a Fazenda deste Estado - amortizável em um período de 10 anos (restando um ano em 31 de dezembro de 2012), corrigido pela UFIR-FJ. b) IRPJ/CSLL. A Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2008 para cobrar débitos de IRPJ e CSLL referentes a pagamento a menor durante o ano de 2003, no valor de R\$26.188, corrido pela SELIC. A Companhia aderiu ao parcelamento para pagar o valor parcial do auto e impugnou parcela relativa à cobrança de multa isolada no mês de dezembro de 2003, no montante de R\$6.040. Com relação à parcela impugnada, a Companhia aguarda decisão de primeira instância administrativa.

15. Partes relacionadas

| | Controladora | | | | | |
|---|-------------------------|----------------|------------|----------------|----------------------------------|---------------------------------|
| | 31/12/2012 | | | Resultado | | |
| | Natureza das operações | Não circulante | Circulante | Não circulante | Receitas (despesas) operacionais | Receitas (despesas) financeiras |
| CTM - Companhia de Transmisión del Mercosur S.A. | Mútuo | 74.061 | - | - | - | 9.558 |
| TESA - Transportadora de Energia S.A. | Mútuo | 101.476 | - | - | - | 12.499 |
| Endesa Brasil S.A. | Mútuo | - | 348.967 | - | - | (21.421) |
| CTM - Companhia de Transmisión del Mercosur S.A. | Substituição Tributária | - | - | 1.067 | - | - |
| TESA - Transportadora de Energia S.A. | Tributária | - | - | 1.443 | - | - |
| CEMSA - Comercializadora del Mercosur S.A. | Transporte de energia | - | - | 87.757 | - | 3.676 |
| Endesa Costanera S.A. | Transporte de energia | - | - | 33.720 | - | 1.424 |
| COELCE - Companhia Energética do Ceará | Transporte de energia | 297 | - | - | 2.597 | - |
| AMPLA Energia e Serviços S.A. | Transporte de energia | 417 | - | - | 3.977 | - |
| CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. | Transporte de energia | 53 | - | - | 484 | - |
| CDSA - Cachoeira Dourada S.A. | Transporte de energia | 93 | - | - | 841 | - |
| Total | | 176.397 | 348.967 | 123.987 | 7.899 | 5.736 |

| | Consolidado | | | | | |
|---|------------------------|----------------|------------|----------------|----------------------------------|---------------------------------|
| | 31/12/2012 | | | Resultado | | |
| | Natureza das operações | Não circulante | Circulante | Não circulante | Receitas (despesas) operacionais | Receitas (despesas) financeiras |
| Endesa Brasil S.A. | Mútuo | - | 348.967 | 11.788 | - | (23.161) |
| CEMSA - Comercializadora del Mercosur S.A. | Transporte de energia | 86.539 | - | 87.757 | 13.500 | 3.676 |
| Endesa Costanera S.A. | Transporte de energia | 33.701 | - | 33.720 | 4.760 | 1.424 |
| COELCE - Companhia Energética do Ceará | Transporte de energia | 297 | - | - | 2.597 | - |
| AMPLA Energia e Serviços S.A. | Transporte de energia | 417 | - | - | 3.977 | - |
| CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. | Transporte de energia | 53 | - | - | 484 | - |
| CDSA - Cachoeira Dourada S.A. | Transporte de energia | 93 | - | - | 841 | - |
| Total | | 121.100 | 348.967 | 133.265 | 26.159 | (18.061) |

| | Consolidado | | | | | |
|---|-------------------------|----------------|------------|----------------|----------------------------------|---------------------------------|
| | 31/12/2011 | | | Resultado | | |
| | Natureza das operações | Não circulante | Circulante | Não circulante | Receitas (despesas) operacionais | Receitas (despesas) financeiras |
| CTM - Companhia de Transmisión del Mercosur S.A. | Mútuo | 64.503 | - | - | - | 10.183 |
| TESA - Transportadora de Energia S.A. | Mútuo | 88.977 | - | - | - | 13.574 |
| Endesa Brasil S.A. | Mútuo | - | 173.651 | - | - | (13.577) |
| Endesa Internacional S.A. (MIGA e ICO) | Mútuo | - | 4.342 | - | - | - |
| CTM - Companhia de Transmisión del Mercosur S.A. | Substituição Tributária | - | - | 2.576 | - | - |
| TESA - Transportadora de Energia S.A. | Substituição Tributária | - | - | 1.391 | - | - |
| CEMSA - Comercializadora del Mercosur S.A. | Transporte de energia | - | - | 77.457 | - | (5.427) |
| Endesa Costanera S.A. | Transporte de energia | - | - | 30.243 | - | (4.215) |
| COELCE - Companhia Energética do Ceará | Transporte de energia | 259 | - | - | 1.672 | - |
| AMPLA Energia e Serviços S.A. | Transporte de energia | 434 | - | - | 2.696 | - |
| CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. | Transporte de energia | 55 | - | - | 5.774 | - |
| CDSA - Cachoeira Dourada S.A. | Transporte de energia | 96 | - | - | 590 | - |
| Total | | 154.324 | 177.993 | 111.667 | 10.732 | 538 |

| | Consolidado | | | | | |
|---|------------------------|----------------|------------|----------------|----------------------------------|---------------------------------|
| | 31/12/2011 | | | Resultado | | |
| | Natureza das operações | Não circulante | Circulante | Não circulante | Receitas (despesas) operacionais | Receitas (despesas) financeiras |
| Endesa S.A. | Mútuo | - | 173.651 | 6.698 | - | (13.577) |
| Endesa Internacional S.A. (MIGA e ICO) | Mútuo | - | 4.342 | - | - | - |
| CEMSA - Comercializadora del Mercosur S.A. | Transporte de energia | 76.620 | - | 81.621 | 14.159 | (5.427) |
| Endesa Costanera S.A. | Transporte de energia | 34.654 | - | 31.869 | 4.993 | (4.215) |
| COELCE - Companhia Energética do Ceará | Transporte de energia | 259 | - | - | 1.672 | - |
| AMPLA Energia e Serviços S.A. | Transporte de energia | 434 | - | - | 2.696 | - |
| CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. | Transporte de energia | 55 | - | - | 5.774 | - |
| CDSA - Cachoeira Dourada S.A. | Transporte de energia | 96 | - | - | 590 | - |
| Total | | 112.118 | 177.993 | 120.188 | 29.884 | (23.219) |

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir: **Mútuos com partes relacionadas:** • Os mútuos com a TESA são em dólares norte-americanos e possuem encargos financeiros indexados a taxa Libor, com spread médio de 4,03% a.a. Estes contratos possuem vencimentos firmados para dezembro de 2013; • Os mútuos com a CTM são em dólares norte-americanos, sendo um dos contratos em taxa fixa de 7% a.a., enquanto os outros são indexados a taxa Libor, com spread médio de 4,02% a.a. Estes contratos possuem vencimentos firmados para dezembro de 2013. • Apresentamos a seguir a movimentação dos mútuos registrados no ativo circulante da controladora CIEN com suas controladas CTM e TESA:

| | Controladora | | | Consolidado | | |
|----------------------------------|--------------|------------|---------|-------------|------------|---------|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | Total | 31/12/2012 | 31/12/2011 | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2010 | 128.720 | - | 128.720 | 128.720 | - | 128.720 |
| Captação | 838 | - | 838 | 838 | - | 838 |
| Encargos | 6.725 | - | 6.725 | 6.725 | - | 6.725 |
| Variação cambial | 17.197 | - | 17.197 | 17.197 | - | 17.197 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 153.480 | - | 153.480 | 153.480 | - | 153.480 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | - | - | - | - | - | - |

• Segue abaixo a composição dos mútuos registrados no passivo circulante e não circulante com partes relacionadas:

| | Controladora | | | | | |
|--------------------|--------------|----------------|-----------|-----------|---------|-----------|
| | 31/12/2012 | | | Resultado | | |
| | Moeda | Taxas | Principal | Juros | Total | Principal |
| Endesa Brasil S.A. | R\$ | CDI+0,67% a.a. | 348.865 | 102 | 348.967 | - |
| Total | | | 348.865 | 102 | 348.967 | - |

| | Controladora | | | | | |
|---------------------------|--------------|------------------|-----------|-----------|---------|-----------|
| | 31/12/2011 | | | Resultado | | |
| | Moeda | Taxas | Principal | Juros | Total | Principal |
| Endesa | US\$ | Libor+2,73% a.a. | 4.329 | 13 | 4.342 | - |
| Endesa Internacional S.A. | US\$ | Libor+2,73% a.a. | 4.329 | 13 | 4.342 | - |
| Endesa Brasil S.A. | R\$ | CDI+0,67% a.a. | 173.484 | 167 | 173.651 | - |
| Total | | | 177.813 | 180 | 177.993 | - |

| | Consolidado | | | | | |
|--------------------|-------------|----------------|-----------|-----------|---------|-----------|
| | 31/12/2012 | | | Resultado | | |
| | Moeda | Taxas | Principal | Juros | Total | Principal |
| Endesa Brasil S.A. | R\$ | 3% a 5% a.a. | 348.865 | 102 | 348.967 | - |
| Endesa Brasil S.A. | US\$ | Libor+ 3% a.a. | - | - | - | 11.239 |
| Total | | | 348.865 | 102 | 348.967 | 11.239 |

Apresentamos a seguir a movimentação dos mútuos registrados no passivo circulante e não circulante com suas partes relacionadas:

</

Remuneração da Administração: A remuneração total do Conselho de administração e dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$2.269 (R\$1.919 em 2011).
16. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (controladora e consolidado) - A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionadas todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável. **Provisões com risco provável:** Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões para contingências em 31 de dezembro de 2012 e 2011:

| | Controladora e consolidado | | | | |
|----------------|----------------------------|---------------------|-------------------------|-------------|-----------------|
| | 31/12/2010 | 31/12/2011 | | | |
| | Saldo acumulado | Adições (reversões) | Atualizações monetárias | Pagamentos | Saldo acumulado |
| Trabalhista | 5.437 | (81) | 351 | - | 5.707 |
| Cíveis | 3.773 | 2.811 | 718 | - | 7.302 |
| Fiscais | 149.617 | (127.513) | 2.645 | (81) | 24.668 |
| Total | 158.827 | (124.783) | 3.714 | (81) | 37.677 |
| Circulante | 128.561 | - | - | - | - |
| Não circulante | 30.266 | - | - | - | 37.677 |

| | Controladora e consolidado | | | | |
|----------------|----------------------------|---------------------|-------------------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2011 | 31/12/2012 | | | |
| | Saldo acumulado | Adições (reversões) | Atualizações monetárias | Pagamentos | Saldo acumulado |
| Trabalhista | 5.707 | 5 | 295 | (103) | 5.904 |
| Cíveis | 7.302 | (124) | 2.192 | (26) | 9.344 |
| Fiscais | 24.668 | - | 243 | (19.219) | 5.692 |
| Total | 37.677 | (119) | 2.730 | (19.348) | 20.940 |
| Circulante | - | - | - | - | - |
| Não circulante | 37.677 | - | - | - | 20.940 |

Contingências com risco possível: A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, as quais totalizam aproximadamente R\$4.450.000 em 31 de dezembro de 2012 (R\$3.825.000 em 2011). a) Riscos cíveis: a.1) Tractebel: A Tractebel ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento, pela CIEN, do "Contrato de Compra e Venda de 300MW de Potencia firme e energia associada proveniente da Argentina" firmado em 20 de outubro de 1999, entre CIEN e Centrais Geradoras do Sul do Brasil S. A (Gerasul) sendo a Tractebel a sua sucessora. Na ação, a Tractebel pede a condenação da CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante estimado de MMR\$117, além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de "potencia firme e energia associada", cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, a Tractebel ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a CIEN, e seus clientes, incluída a própria Tractebel, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da CIEN e fora de seu controle. A CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestação das partes, o processo foi encaminhado para análise do juiz. Aguardamos o início da fase de produção de provas. a.2) Furnas: Furnas ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela CIEN do "Contrato de Potencia Firme com Energia Associada", celebrado em 5 de maio de 1998, para aquisição de 700 MW provenientes da Argentina. Na ação, Furnas pede a condenação da CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante estimado de MMR\$520 e pagamento de ressarcimento e penalidades cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, Furnas ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a CIEN, e seus clientes, incluída a própria Furnas, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da CIEN e fora de seu controle. A CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestações das partes e produção das provas cabíveis, aguarda-se o julgamento da ação. b) Riscos fiscais: b.1) PIS/COFINS: A Fazenda Nacional ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança de débitos de PIS e COFINS, objeto de processos de compensação realizados pela Companhia, nos valores atualizados de R\$972 e R\$3.790. Na primeira execução, a Companhia apresentou defesa (embargos à execução). A Fazenda Nacional cancelou de ofício um dos débitos cobrados, razão pela qual o valor da contingência foi reduzido. Em 03 de outubro de 2011, foi publicada sentença julgando improcedentes os embargos apresentados pela CIEN. Em 18 de outubro de 2011, a CIEN apresentou recurso de apelação, e aguarda decisão de segunda instância. Na segunda execução, a Companhia apresentou defesa (embargos à execução). Em sentença de primeira instância judicial publicada em 14 de dezembro de 2012 foi reconhecida a nulidade de parte das Certidões de Dívida Ativa ("CDA") envolvidas na execução fiscal, o que reduziu o valor de R\$5.941 para R\$3.790. A Companhia apresentará recurso à segunda instância judicial em relação às CDAs remanescentes. b.2) IRPJ/CSLL: A Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2008 para cobrar débitos de IRPJ e CSLL referentes a pagamento a menor durante o ano de 2003, no valor de R\$26.188, corrigido pela SELIC. A Companhia aderiu ao parcelamento para pagar o valor parcial do Auto e impugnou parcela relativa à cobrança de multa isolada no mês de dezembro de 2003, no montante de R\$6.040. Com relação à parcela impugnada, em 31 de março de 2011 a CIEN foi intimada de decisão de primeiro grau administrativo que considerou improcedente o recurso apresentado. Em 02 de maio de 2011, a CIEN apresentou recurso voluntário e aguarda decisão de segunda instância administrativa. O montante impugnado atualizado é de R\$8.452. b.3) ICMS - Diferencial de alíquota: Em janeiro de 2008, o Estado do Rio Grande do Sul ajuizou execução fiscal no valor de R\$15.377, para cobrar o diferencial de alíquota incidente, nos meses de fevereiro, março e abril de 2001, sobre mercadorias importadas pelo estabelecimento matriz da Companhia, localizado no Rio de Janeiro, e por ele transferidas para a filial localizada no Estado do Rio Grande do Sul, destinadas à fabricação e montagem da estação conversora de energia elétrica no Município de Garruchos. Em junho de 2010 foi proferida decisão de 1º grau desfavorável à Companhia, na qual os embargos foram julgados improcedentes. A CIEN apresentou recurso de apelação, que em dezembro de 2010 foi julgado procedente. Em 17 de janeiro de 2011, a Fazenda apresentou recurso (embargos de declaração) que foi julgado improcedente. Em 15 de abril de 2011 a Fazenda apresentou recurso especial. Em 30 de agosto de 2011 foi proferida decisão que negou seguimento ao recurso especial apresentado. A Fazenda apresentou novo recurso (agravo) que aguarda julgamento. A Companhia apresentou Mandado de Segurança com objetivo de ser reconhecido o direito da Companhia ao não recolhimento do diferencial de alíquotas de ICMS incidente nas operações de aquisição de equipamentos destinados ao ativo fixo da CIEN. O valor atualizado envolvido, R\$1.331, este processo encontra-se depositado. Em razão da Companhia ter aderido ao Programa Ajustar (refinanciamento e parcelamento de dívidas do Estado) a discussão atualmente limita-se ao levantamento do depósito efetuado relativos aos anos de 2001 e 2002. Em 06 de junho de 2011, a Companhia apresentou pedido de levantamento do depósito judicial que aguarda julgamento. b.4) ICMS - Venda interestadual de energia: Em março de 2011 a CIEN recebeu um auto de infração lavrado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará para cobrar o ICMS incidente sobre as vendas interestaduais de energia a consumidores industriais. A Companhia apresentou defesa na esfera administrativa e aguarda decisão de primeira instância. O valor envolvido no processo é de R\$3.810.

17. Outras obrigações

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------|---------------|--------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Reserva global de reversão | 10.745 | 5.441 | 10.745 | 5.441 |
| Taxas regulamentares - ANEEL | 1.690 | 911 | 1.690 | 911 |
| Outros | 4.133 | 2.139 | 5.532 | 3.722 |
| Total | 16.568 | 8.491 | 17.967 | 10.074 |

18. Patrimônio líquido - a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2012 o capital social subscrito e integralizado, está representado, conforme demonstrado abaixo:

| | Ordinárias | |
|--------------------|--------------------|---------------|
| | Quantidade | % |
| Endesa Brasil S.A. | 285.044.679 | 99,98 |
| Outros | 3 | 0,02 |
| Total | 285.044.682 | 100,00 |

b) **Reserva legal:** O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. c) **Retenção de lucros:** É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo nos termos do art. 202, §3º, II da Lei 6.404/76. A reserva de retenção de lucros pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou compra de ações. O saldo de lucros remanescentes, no valor de R\$48.882 foi destinado à constituição de reserva em 31 de dezembro de 2012, até que ocorresse a Assembleia Geral para decidir sobre sua destinação. d) **Dividendos:** Em conformidade com o inciso II § 3º do art. 202 da Lei nº 6.404/76, a Companhia está sugerindo para posterior aprovação em Assembleia Geral Ordinária a retenção do lucro na sua totalidade como reforço de capital para investimento futuros. A base de cálculo para a reserva legal e a reserva de reforço para capital de giro está disposta abaixo:

| | 31/12/2012 | |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| | Dividendos totais | R\$ por mil ações |
| Lucro líquido do exercício | 68.606 | 240,68 |
| (-) Reserva legal | (3.430) | - |
| Lucro líquido ajustado | 65.176 | 228,65 |
| Reserva de lucros | 65.176 | 228,65 |

e) **Outros resultados abrangentes - efeitos de variação cambial sobre controladas no exterior:** Em conformidade CPC 02 que determina que os efeitos de variações cambiais sobre investimentos no exterior sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2012 o valor de R\$80 (R\$118 em 2011) decorrente da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior, Companhia de Transmisión Del Mercosur S.A. - CTM e Transportadora de Energia S.A. - TESA. Em 31 de dezembro de 2012, a controladora CIEN possui registrado na rubrica de outros resultados abrangentes o valor de R\$297 (R\$217 em 2011).

19. Receita líquida

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Receita bruta de vendas | | | | |
| Disponibilização da rede de transmissão | 264.404 | 178.927 | 264.404 | 178.927 |
| Disponibilização da rede de transmissão com partes relacionadas | 7.899 | 10.732 | 26.159 | 29.884 |
| Deduções da receita bruta | | | | |
| Quota para reserva global de reversão | (7.941) | (5.441) | (7.941) | (5.441) |
| PIS | (4.505) | 13.767 | (4.505) | 13.767 |
| COFINS | (12.582) | 62.396 | (12.582) | 62.396 |
| Pesquisa e desenvolvimento | (2.393) | (1.631) | (2.393) | (1.631) |
| Total de deduções de receita | (27.421) | 69.091 | (27.421) | 69.091 |
| Receita líquida | 244.882 | 258.750 | 263.142 | 277.902 |

20. Custo, despesas (receitas) operacionais:

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------|------------------|------------------------------------|-------------|------------|
| | Custo do serviço | Despesas gerais/adm e operacionais | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Pessoal | 7.993 | 5.646 | 13.639 | 11.909 |
| Administradores | 453 | 1.816 | 2.269 | 2.234 |
| Material | 293 | 27 | 320 | 358 |
| Transporte de potência | 18.798 | - | 18.798 | (20.173) |

| | Controladora | | | |
|---|------------------|------------------------------------|----------------|----------------|
| | Custo do serviço | Despesas gerais/adm e operacionais | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Energia para revenda | - | - | - | (30.943) |
| Serviços de terceiros | 11.933 | 1.621 | 13.554 | 12.913 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | - | 88.905 |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | - | (119) | (119) | (936) |
| Depreciação/amortização | 51.985 | 100 | 52.085 | 43.748 |
| Equivalência patrimonial | - | 13.811 | 13.811 | 5.334 |
| Outras | - | 6.125 | 6.125 | 4.602 |
| Total | 91.455 | 29.027 | 120.482 | 117.951 |
| Pessoal | 7.993 | 6.891 | 14.884 | 13.006 |
| Administradores | 453 | 1.816 | 2.269 | 2.234 |
| Material | 293 | 27 | 320 | 358 |
| Transporte de potência | 18.798 | - | 18.798 | (20.173) |
| Energia para revenda | - | - | - | (30.943) |
| Serviços de terceiros | 14.427 | 2.085 | 16.512 | 15.157 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | - | - | - | 88.905 |
| Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas | - | (119) | (119) | (936) |
| Depreciação/amortização | 55.510 | 101 | 55.611 | 47.440 |
| Outras | - | 6.124 | 6.124 | 4.602 |
| Total | 97.474 | 16.925 | 114.399 | 119.650 |

21. Resultado financeiro:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Renda de aplicação financeira | 536 | 2.008 | 608 | 2.084 |
| Outras receitas financeiras | 2.346 | 39.933 | 2.346 | 39.933 |
| Total | 2.882 | 41.941 | 2.954 | 42.017 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Encargos de dívidas | (15.418) | (45.508) | (15.484) | (45.725) |
| Atualização sobre riscos tributários, cíveis e trabalhistas | (2.730) | (10.995) | (2.730) | (10.995) |
| Outras despesas financeiras | (2.415) | (23.166) | (2.453) | (23.329) |
| Total | (20.563) | (79.669) | (20.667) | (80.049) |

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------|----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Variações cambiais | | | | |
| Varição cambial ativa | 54.986 | 95.980 | 55.254 | 96.127 |
| Varição cambial passiva | (46.224) | (89.599) | (77.173) | (108.754) |
| Total | 8.762 | 6.381 | (21.919) | (12.627) |
| Resultado financeiro | (8.919) | (31.347) | (39.632) | (50.659) |

22. Imposto de renda e contribuição social:

| Descrição | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|--------|--------------|-------|
| | 31/12/2012 | % | 31/12/2011 | % |
| Lucro antes do IRPJ e CSLL | 115.481 | 100% | 109.452 | 100% |
| Alíquota Nominal | 39.264 | 34% | 37.214 | 34% |
| Adições permanentes | | | | |
| Perdas em investimento custo | 4.696 | 11,96% | 1.813 | 4,87% |
| Bônus diretoria | 311 | 0,79% | 348 | 0,94% |
| Taxa CTM e TESA - subst. tributária | - | 0,00% | - | 0,00% |
| Adição lucro coligada no exterior - CTM | - | 0,00% | 56 | 0,00% |
| Participação nos lucros Adm | 336 | 0,86% | - | 0,00% |
| Multas inadutíveis | 2 | 0,01% | 2 | 0,01% |
| Despesas Inadutíveis - Baixas diversas | - | 0,00% | 297 | 0,80% |
| Fringe benefits - deprec. veículos | - | 0,00% | 1 | 0,00% |
| Outros | 2.290 | 5,83% | 40 | 0,11% |
| Total | 7.635 | | 2.557 | |

| | | | | |
|---|------|---------|---------|----------|
| Exclusões permanentes | | | | |
| Ganho em investimento custo | - | 0,00% | - | 0,00% |
| Exclusão permanente em controlada no exterior | - | 0,00% | (4.204) | (11,33)% |
| Deduções permanentes | | | | |
| Adicional do IRPJ | (24) | (0,06)% | (24) | (0,06)% |
| Outros ajustes: | | | | |
| Provisão contingência ICMS | - | 0,00% | (4.961) | (13,33)% |
| Ajuste contingência IRPJ e CSLL | - | 0,00% | 5.559 | 14,94% |
| Total | - | - | 598 | 1,67% |

| | | | | | | | | |
|--|--------|--------|----------|----------|--------|--------|----------|----------|
| IRPJ/CSL diferido no resultado (receita) | 10.090 | 8,74% | (23.115) | (21,12)% | 3.667 | 3,36% | (26.654) | (24,77)% |
| IRPJ/CSL corrente no resultado | 36.785 | 31,85% | 63.460 | 57,98% | 36.838 | 33,76% | 65.140 | 60,54% |
| Alíquota efetiva | 46.875 | 40,59% | 40.345 | 36,86% | 40.505 | 37,12% | 38.486 | 35,77% |

23. Instrumentos financeiros e riscos operacionais: Considerações gerais. A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantêm sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos do mercado. **Fatores de risco.** Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados: a) **Risco de taxa de câmbio.** Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira.

| | Controladora | |
|------------------------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Partes relacionadas | | |
| Contas a receber | 860 | 844 |
| Mútuos | 175.537 | 153.480 |
| Fornecedores | (123.987) | (111.667) |
| Empréstimos e financiamentos | - | (4.342) |
| Exposição líquida | 52.410 | 38.315 |

| | Consolidado | |
|------------------------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Partes relacionadas | | |
| Contas a receber | 121.100 | 112.118 |
| Fornecedores | (121.477) | (113.490) |
| Empréstimos e financiamentos | (11.788) | (11.040) |
| Exposição líquida | (12.165) | (12.412) |

b) **Risco de crédito.** Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos de perdas com as aplicações financeiras. c) **Risco de taxa de juros.** Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e aos empréstimos com parte relacionada. A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação de 2012 fossem iguais às esperadas para 2013, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&F:

| | 31/12/2012 | Efeitos | |
|----------------------|------------|--------------------------------|-----------------------|
| | | Aumento/redução em pontos base | No patrimônio líquido |
| Passivos financeiros | | | |
| CDI | 2,32% | (820) | (820) |

d) **Gestão do risco de capital.** A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na Nota 13, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários) e pelo patrimônio líquido da companhia. O índice de endividamento da Companhia é o seguinte:

| | Controladora | |
|--|--------------|------------|
| | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
| Empréstimos e financiamentos (i) | - | 200.191 |
| Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários | (6.955) | (3.727) |
| Dívida líquida (ii) (a) | (6.955) | 196.464 |
| Patrimônio líquido (iii) (b) | 513.123 | 460.731 |
| Índice de endividamento líquido (a/[a+b]) | (0,01) | 0,30 |

(i) Em 28 de dezembro de 2012 a Companhia liquidou na totalidade o empréstimo mantido

| Ativo | Categoria | Nível | Controladora | | | |
|---|-----------------------------------|-------|--------------|---------|------------|---------|
| | | | 31/12/2012 | | 31/12/2011 | |
| | | | Contábil | Mercado | Contábil | Mercado |
| Caixa e equivalente de caixa | Valor justo por meio de resultado | 2 | 3.674 | 3.674 | 2.945 | 2.945 |
| Títulos e valores mobiliários | Valor justo por meio de resultado | 2 | 3.281 | 3.281 | 782 | 782 |
| Contas a receber | Empréstimos e recebíveis | - | 33.868 | 33.868 | 32.089 | 32.089 |
| Partes relacionadas | Empréstimos e recebíveis | - | 176.397 | 185.307 | 154.324 | 154.324 |
| Empréstimos e financiamentos em moeda nacional | Empréstimos e recebíveis | - | - | - | 200.191 | 200.995 |
| Empréstimo com partes relacionadas em moeda nacional | Empréstimos e recebíveis | - | 348.967 | 348.388 | 173.651 | 173.215 |
| Empréstimo com partes relacionadas em moeda estrangeira | Empréstimos e recebíveis | - | - | - | 4.342 | 4.378 |
| Fornecedores | Outros passivos financeiros | - | 13.183 | 13.183 | 9.804 | 9.804 |
| Fornecedores com partes relacionadas | Outros passivos financeiros | - | 123.987 | 123.987 | 111.667 | 111.667 |

| Ativo | Categoria | Nível | Consolidado | | | |
|---|-----------------------------------|-------|-------------|---------|------------|---------|
| | | | 31/12/2012 | | 31/12/2011 | |
| | | | Contábil | Mercado | Contábil | Mercado |
| Caixa e equivalente de caixa | Valor justo por meio de resultado | 2 | 3.740 | 3.740 | 3.469 | 3.469 |
| Títulos e valores mobiliários | Valor justo por meio de resultado | 2 | 4.497 | 4.497 | 3.015 | 3.015 |
| Contas a receber | Empréstimos e recebíveis | - | 33.868 | 33.868 | 32.089 | 32.089 |
| Partes relacionadas | Empréstimos e recebíveis | - | 121.100 | 121.100 | 112.118 | 112.118 |
| Empréstimos e financiamentos em moeda nacional | Empréstimos e recebíveis | - | - | - | 200.191 | 200.191 |
| Empréstimo com partes relacionadas em moeda nacional | Empréstimos e recebíveis | - | 348.967 | 348.388 | 173.651 | 173.215 |
| Empréstimo com partes relacionadas em moeda estrangeira | Empréstimos e recebíveis | - | 11.788 | 12.103 | 11.040 | 11.484 |
| Fornecedores | Outros passivos financeiros | - | 13.865 | 13.865 | 9.878 | 9.878 |
| Fornecedores com partes relacionadas | Outros passivos financeiros | - | 121.477 | 121.477 | 113.490 | 113.490 |

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata. **Valor justo hierárquico.** Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: • Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo. • Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. • Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. **24. Participação nos lucros:** A Companhia possui o programa de participação dos empregados nos resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2012 foi de R\$2.363 (R\$1.256 em 2011). **25. Cobertura de seguros:** Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R\$1.256.560, com um limite de cobertura para lucros cessantes de R\$647.572 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R\$1.014.785. A Companhia também contrata um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$525.292 por sinistro ou agregado anual. As especificações por modalidade de risco, bem como as respectivas datas de vigência, estão demonstradas a seguir:

| Riscos | Data de vigência | | Importância segurada | Limite máximo de indenização |
|------------------------|------------------|------------|----------------------|------------------------------|
| | De | Até | | |
| Risco operacional | 31/10/2012 | 31/10/2013 | R\$1.256.560 | R\$1.014.785 |
| Responsabilidade Civil | 31/10/2012 | 31/10/2013 | N/A | R\$525.292 |

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Presidente: Marcelo Andrés Llénenes Rebolledo

Vice Presidente: Ana Claudia Gonçalves Rebello

José Augustín Venegas Maluenda

DIRETORIA - EXECUTIVA:

Diretor Presidente: Guilherme Gomes Lencastre

Diretor de Planejamento e Controle: Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira

Diretor Técnico: José Ignácio Pires Medeiros

Diretor de Trading e Comercialização: Manuel Rigoberto Herrera Vargas

Diretor de Recursos Humanos: Carlos Ewandro Naegle Moreira

Diretor de Regulação: José Alves de Mello Franco

Diretor Financeiro: Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor Jurídico: Ana Cláudia Gonçalves Rebello

Relações com Investidores:

Isabel Regina Barroso de Alcântara

Contador Responsável:

Claudio Roberto de Azevedo Ferreira - CRC RJ 078103/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **CIEN - Companhia de Interconexão Energética** - NNiterói - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CIEN - Companhia de Interconexão Energética ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e

divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da CIEN - Companhia de Interconexão Energética em 31 de dezembro de 2012, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Rio de Janeiro, 27 de março de 2013. ERNST & YOUNG TERCO - Auditores Independentes S.S. - CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ; Márcio F. Ostwald - Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4; Marcelo Felipe L. de Sá - Contador CRC - 1RJ 094.644/O-0.